RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo detectar as interações ocorridas entre as políticas monetária e fiscal e discutir sua evolução ao longo do regime de metas de inflação do Brasil. O estudo é realizado de duas formas, primeiro, em relação a todo o período do regime de metas de inflação, 2000 a 2019, e, depois, em relação à cada subperíodo fruto da divisão em Tripé Rígido (2000 a 2006), Tripé Flexível (2006 a 2010), Nova Matriz Macroeconômica (2011 a 2016) e Crise Fiscal (2016 a 2019). São estimados Modelos Vetoriais Autorregressivos (VAR) e a avaliação é feita através de testes de causalidade de Granger, funções resposta ao impulso e decomposição da variância do erro de previsão.

Os resultados revelam que no Tripé Rígido, no Tripé Flexível e na Crise Fiscal houve esforço do governo em controlar a dívida pública por meio da obtenção de *superavit* primário, e o Banco Central se mostrou mais independente, ajustando a taxa de juros sem influência da política fiscal. Em contrapartida, na Nova Matriz Macroeconômica não houve esforço na obtenção de *superavit* primário, e a Autoridade Monetária se revelou menos independente na sua função de definir a taxa de juros. Além disso, não foram encontrados indícios de expansão dos meios de pagamento M1 a partir do aumento no endividamento público em nenhum dos quatro períodos, e o efeito negativo que uma política monetária restritiva pode causar na dívida pública, aumentando-a, perdeu sua importância ao longo do regime de metas, possuindo relevância apenas no Tripé Rígido. Estes resultados levam a crer que houve dominância fiscal na Nova Matriz Macroeconômica, apesar de ser considerada fraca, e dominância monetária nos outros três períodos. Algumas mudanças ocorridas no regime de metas de inflação fizeram o Brasil ter relativamente pouca vulnerabilidade em relação a possíveis descoordenações entre as políticas monetária e fiscal.